

BANIR AS SACOLAS PLÁSTICAS VAI RESOLVER O PROBLEMA?

Maio, 2011

Revista Novo Varejo - São Paulo/SP - CONSUMO CONSCIENTE - 19/05/2011

Está cada vez mais próximo o dia em que as sacolas plásticas serão substituídas por embalagens retornáveis e materiais mais resistentes. Em São Paulo, falta apenas a assinatura do prefeito Gilberto Kassab para que, a partir de 2012, o comércio comece a troca. Pelo menos foi o que ficou acordado pela Câmara Municipal de São Paulo, no último dia 10. Além de proibir a sacola comum para todo o comércio paulista e não só para os supermercados, o Projeto de Lei (PL) também pedirá aos fabricantes e distribuidores para que não divulguem, nas novas sacolas descartáveis, rótulos que mencionem composições biodegradáveis, mas apenas informativos detalhando as dimensões (40cm x 40cm) com os dizeres: "poupe recursos naturais! Use sacolas reutilizáveis". Ao contrário das sacolas retornáveis, as descartáveis não deverão ser cobradas. Ou seja, o consumidor não saberá que está usando uma sacola biodegradável.

Durante a votação, os parlamentares que apoiaram o fim das sacolas plásticas descartáveis (foram 35 votos favoráveis contra cinco) afirmam que elas impermeabilizam o solo, poluem o meio ambiente, contribuem para o aumento das enchentes em São Paulo e são responsáveis pela morte de muitos animais marinhos (que comem o plástico). Já os que votaram contra, argumentam que é preciso fazer uma legislação mais ampla, que contemple inclusive uma solução para o problema das garrafas PET e de materiais poluentes. Eles alegaram também que muitas donas de casa e pessoas de baixa renda utilizam as sacolas distribuídas pelos supermercados para embalar o lixo doméstico e que haverá desemprego nas empresas que produzem o material, além de obrigar essas famílias a comprar sacos plásticos de lixo, muito mais caros e que poluem da mesma forma.

A decisão final agora vai depender da Justiça, já que os vereadores Aurélio Miguel (PR) e Francisco Chagas (PT) reclamaram que o Regimento Interno não foi respeitado e que pretendem ingressar com uma ação de inconstitucionalidade para impedir que a lei entre em vigor, assim como foi feito na cidade de Guarulhos, onde recentemente o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo alegou que a medida era inconstitucional.

Mas não é de hoje que a suspensão das sacolas plásticas convencionais vem sendo discutida. Na semana passada, a Associação Paulista de Supermercados (Apas) liderou o Protocolo de Intenções, assinado pelo governador do estado, Geraldo Alckmin, no último dia 9. O acordo voluntário, que já foi sugerido em outras cidades, pedia para que os supermercados deixassem de fornecer sacolas gratuitas para os clientes e passem a oferecer sacolas retornáveis, carrinhos de feira e caixas de papelão para o transporte das compras, por exemplo. Lembrando que se o consumidor optasse pela sacola descartável teria que pagar pela nova versão biodegradável, feita de amido de milho e outros componentes naturais, o valor de R\$ 0,20 em média. Detalhe: ela é

vendida pelo fabricante por R\$ 0,03. Se sancionado, o PL que ainda precisa de aprovação da prefeitura será implementado até 31 de dezembro deste ano e seu descumprimento implicará em multa de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões ou suspensão da licença comercial. A fiscalização será feita pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Para Lourival Pereira, coordenador da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo, trata-se de uma estratégia do estado e das grandes redes supermercadistas para angariar mais lucro. "Eles elegeram a sacola plástica como bode expiatório, a fim de receber duas vezes. Isso porque o consumidor já paga pela sacola comum 4,5% do valor total de sua compra e com a medida, pagará duas vezes, ao adquirir uma sacola retornável (o Projeto de Lei suspende a cobrança de sacolas plásticas descartáveis)". Já para João Galassi, presidente da APAS, trata-se de uma mudança cultural que se faz necessária, ainda que os resultados só sejam percebidos em longo prazo. "2,5 milhões de sacolas são usadas por mês em São Paulo. Deste volume, 90% vai para o aterro sanitário e 10% é reciclável. Se não tomarmos providências hoje não vamos parar de estocar. Estamos antecipando uma situação que começou a partir da assinatura da Política de Resíduos", explica, se referindo a lei federal da Política de Resíduos Sólidos, assinada no final do ano passado, que favorece o meio ambiente e normaliza as condições do catadores, por meio de medidas como: logística reversa de produtos reciclados, por parte dos fabricantes; compostagem para que o lixo passe a ser tratado e não aterrado, e maior rigidez nas licitações para as empresas coletoras de lixo.

O diretor da Abief (Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Flexíveis) e da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), Rogério Mani, não compartilha dessa opinião, destacando que apesar da indústria estar fazendo a sua parte – com o Programa de Consumo Responsável de Sacola Plástica que promove uso consciente e a redução de excessos no uso das sacolas -, as sacolinhas não podem ser consideradas "as vilãs do planeta", até porque o ciclo de vida do plástico é mais sustentável do que outros produtos como a pilha, a bateria, etc".

Por outro lado, Walmor Picolo, diretor da Zivalplast Indústria e Comércio de Plásticos, a medida de substituição das sacolas comuns pelas biodegradáveis, por exemplo, está deixando de considerar o custo que elas vão representar para os fabricantes e conseqüentemente para as pessoas de baixa renda. "O Brasil hoje não possui resina o suficiente para abastecer todo o mercado varejista e conseqüentemente passará a importar essa matéria-prima", explica.

De uma forma ou de outra, sem dúvida será o consumidor final quem arcará com o ônus, em função de uma medida que tenta acabar com o descarte indevido de sacolas plásticas, em detrimento da continuidade do uso de sacos plásticos para lixos, embalagens de alimentos e tantas outras, que geralmente possui o mesmo material poluente, mas vão continuar circulando sem restrições

ENTIDADES DO PLÁSTICO SE POSICIONAM CONTRA PROIBIÇÃO DE SACOLAS.

No dia 17 de maio, a Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou o Projeto de Lei 496/2007, que dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas aos consumidores em todos os estabelecimentos comerciais da capital. O PL define que os estabelecimentos comerciais devem estimular o uso de sacolas reutilizáveis, confeccionadas com material resistente e que suportem o acondicionamento e transporte de produtos e mercadorias em geral.

1. São Paulo é o maior centro consumidor do país e sofrerá com a penalização: perda de movimentação no comércio, empregos em risco na cadeia produtiva, além da penalização da população em si e do meio ambiente.
2. As sacolas plásticas são apontadas incorretamente como sendo causadoras de impacto ambiental, quando na verdade o problema não reside nelas e sim no desperdício, no descarte incorreto e na falta de uma política adequada de reciclagem de resíduos pós-consumo.
3. Não há alternativas consistentes para substituir as sacolas plásticas. Econômicas, duráveis, resistentes, práticas, higiênicas e inertes, são reutilizáveis e 100% recicláveis. Pesquisa do Ibope confirma que 100% das sacolas plásticas são reutilizadas como saco de lixo, 71% constituem as embalagens preferidas da população para transportar suas compras e 75% das donas de casa são a favor do seu fornecimento pelo varejo.
4. Embalar o lixo em plástico é uma recomendação dos órgãos de saúde do país, para que se evitem contaminações. A sacola plástica é reutilizada pelo consumidor para acondicionar o lixo doméstico, assim como para outros tantos usos, o que representa higiene, economia e atitude ambientalmente responsável. Na falta dessa embalagem, o consumidor deverá comprar sacos de lixo, o que irá gerar custo adicional às famílias.
5. Ambientalmente, as sacolas plásticas são comprovadamente as mais amigáveis. Estudo encomendado pelo governo britânico sobre o impacto ambiental de diversos tipos de sacolas mostrou que a sacolinha de plástico tem melhor desempenho ambiental em 8 das 9 categorias avaliadas. Outro importante dado é que ela apresenta a menor geração de CO₂ em seu processo produtivo, além de consumir menor quantidade de matéria-prima frente às outras opções.
6. Com isso em vista, acreditamos que o combate ao desperdício a partir da educação: conscientização sobre o uso correto, reutilização e descarte responsável das sacolas plásticas é o caminho adequado.
7. Defendemos que as sacolas plásticas sejam utilizadas sim, porém fabricadas com a qualidade exigida pela Norma Técnica ABNT NBR-14937. Isso porque as sacolas mais resistentes inibem a prática de se colocar uma sacola dentro da outra para transportar produtos mais pesados ou utilizar somente a metade de sua capacidade, além, de poderem ser usadas mais vezes, mesmo para as compras em supermercados.
8. Essas sacolas mais resistentes são a base do Programa de Qualidade e Consumo Responsável de Sacolas Plásticas, desenvolvido pela Plastivida, Instituto Nacional do Plástico (INP) e Associação Brasileira da indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis (Abief), para envolver indústria, varejo e população na questão da melhoria na

qualidade das sacolas e nas boas práticas de uso e descarte dessas embalagens.

9. Com uma sacola dentro da norma e com a educação da população para o uso e descarte adequados dessas embalagens o desperdício é combatido. O consumidor pode levar sua sacola plástica mais de uma vez ao supermercado, depois disso dar a ela outras finalidades (embalar alimentos, carregar produtos molhados na bolsa, recolher as fezes de animais domésticos ou mesmo usar como saco de lixo)

10. Presente em oito capitais (São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Goiânia, Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis), o Programa traz resultado notório: 4 bilhões de sacolas plásticas deixaram de ser consumidas de 2007 a 2010. Mesmo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) reconhece o esforço como inovador, consistente e equilibrado. O Programa segue em 2011 com o objetivo de alcançar e até mesmo ultrapassar a marca dos 30% de redução no uso de sacolas plásticas até 2012.

11. Na capital paulista, as redes de varejo signatárias do Programa, como o Pão de Açúcar, por meio da educação do consumidor, já reduziram significativamente o desperdício, graças a distribuição de sacolas dentro de normas e do trabalho de educação do consumidor.

12. As entidades também lançaram em 2010 a Escola de Consumo Responsável, um projeto itinerante que tem levado os conceitos de uso responsável e descarte adequado dessas embalagens para todo o País. O Banimento é um caminho ou uma falta de visão sistêmica?

13. Perguntamos: deveríamos banir as sacolas ou promover ações em favor de seu uso responsável? Imagine se baníssemos tudo o que é moderno e que ao mesmo tempo tenha algum impacto ambiental. Voltaríamos aos primórdios, com baixa qualidade e baixa expectativa de vida e com epidemias que, atualmente, só fazem parte dos livros de história e total falta de higiene no contato com os alimentos.

14. Na sociedade contemporânea, a melhor forma de usufruir dos benefícios (conforto, praticidade, economia, segurança e qualidade de vida) a que todos temos direito é utilizar este ou qualquer outro produto de forma responsável, o que significa aplicar o conceito ambiental, reconhecido internacionalmente, dos 3Rs: Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

15. A sacola plástica é 100% reciclável e, quando feita dentro de norma, mais resistente, pode e deve ser reutilizada – até mesmo para novas compras em supermercado - sem onerar o consumidor. Hoje, o Brasil conta com uma indústria de reciclagem de plásticos ociosa em mais de 30% uma vez que o país não conta com processos de coleta seletiva adequada para que menos materiais que podem ser reutilizados acabem nos lixões e aterros.

16. Acreditamos que a população não pode ser penalizada – seja com cobranças extras, com a geração de novas despesas com sacos de lixo, ou mesmo com a perda e empregos na cadeia produtiva das sacolas plásticas (que hoje garante em São Paulo cerca de 6 mil empregos diretos).

17. A saída está na educação e na responsabilidade compartilhada – indústria, varejo, população e governo fazendo sua parte para adequar a questão do consumo e do descarte.